Ano XVI nº 204 | Recife | Dezembro 2017

GARRA

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco

A **luta** e a **esperança** não podem **cessar**

Trabalhadores **desrespeitados** em 2017

As reformas do governo ilegítimo retiraram direitos trabalhistas

◆ **páginas 4 a 13**

A **ilegalidade** da retirada de **direitos**

O jurista Cláudio Ferreira vê inconstitucionalidade em atos do governo

◆ **páginas 14 a 16**

2018: a classe **trabalhadora** vai dar o troco

O ano será de luta e renovação nas urnas. Nenhum direito a menos

◆ **páginas 17 a 20**

O **capital** e o mundo do **trabalho**

Virgínia Fontes fala sobre a exploração dos trabalhadores.

◆ **páginas 21 a 16**

COORDENAÇÃO GERAL
José Carlos de Oliveira

SECRETARIA GERAL
José Felipe Pereira

SECRETARIA DE FINANÇAS
Maria Goretti Ferraz ◆ Luiz Marcos da Silva

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Geraldo Martiliano ◆ Renato Maciel ◆ Josias Lopes

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
Fernando Lima ◆ Ramilson Matos ◆ Jemuel Nunes

SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL
Elna Melo ◆ Inalda Laurentino ◆ Josivan Barros

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
Geraldo Ferraz ◆ Reginaldo Abreu ◆ João Carlos Ferreira

SECRETARIA DE PROMOÇÃO E CULTURA
Jaime Vieira ◆ Eduardo de Albuquerque ◆ Antonio Ricardo Generoso

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Marli Costa ◆ Gislaine Fernandes ◆ Jediel Rodrigues

SECRETARIA DE SINDICALIZAÇÃO
Sérgio Viana ◆ Solange Maria ◆ Neide Pereira

DIRETORIA TERRITORIAL DE BASE

ZONA DA MATA
Maria do Carmo Campos ◆ Severino Vicente Filho ◆ Domingos Sávio

AGRESTE
José Inácio Santos ◆ Edson Lucena ◆ Zenildo Gonçalves

SERTÃO
José de Arimatéia ◆ José Lavor de Santana ◆ José Ermano Oliveira

CONSELHO FISCAL
Lúcio Siqueira ◆ Moab Alves ◆ José Paulo Miranda
Ernande José de Sousa ◆ Mivaci José da Silva

EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco

Rua João Fernandes Vieira, 67
Boa Vista – CEP 50.050-200 Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: **www.sindsep-pe.com.br**
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral **José Carlos de Oliveira**
Secretaria Geral **José Felipe Pereira**
Secretaria de Imprensa e Divulgação **Fernando Lima, Jemuel Nunes e Ramilson Matos**
Jornalista Responsável e Edição **Fabíola Mendonça**
Texto: **Fabíola Mendonça** (DRT-2506), **Deyse Lemos** (DRT 3909), **Alexandre Yuri** (DRT 2942)

Revisão: **Mª de Lourdes Souto Maior Araujo**
Fotos: Arquivo SINDSEP-PE, Fotos Públicas e Divulgação
Ilustração da capa: **Samuca**
Projeto gráfico, capa e diagramação **Karla Tenório** (DRT-2468)
Impressão CCS Fone: 3458.0000
Tiragem 12.000 exemplares

Só a **luta** barra o **retrocesso**

Um novo ciclo se inicia. Um ciclo de plantar para colher. Esse é o lema que vai nortear a nova gestão do Sindsep-PE, que tomou posse no final de outubro e ficará à frente da entidade até 2020. Como prometemos em campanha, estamos implantando um plano de gestão que prioriza a interlocução com nossa base, os servidores federais, o sentido de existir do nosso sindicato. Vamos resgatar o contato com nossos filiados. Queremos os servidores federais de volta ao Sindsep, no cordão de frente da luta. Precisamos do engajamento de todos, pois estamos vivendo dias difíceis, com retirada de direitos, desmonte do serviço público e aumento da pobreza e injustiça social. Não é isso que queremos nem merecemos.

Nesta edição da revista GARRA, apresentamos um balanço de 2017, um ano de retrocessos. O estrago foi grande para a classe trabalhadora, incluindo os servidores públicos. Terceirização, reforma trabalhista, ameaça de demissão e licença sem vencimento de servidores, o fantasma da reforma da Previdência e privatizações, esfacelamento do serviço público foram algumas das mazelas implantadas pelo governo ilegítimo contra os trabalhadores. Mas nada disso aconteceu sem resistência. Foram vários atos de rua, greve geral, paralisações. Mas ainda é pouco. Precisamos lutar mais. Em 2018 queremos mais.

As matérias que apresentamos a nossos leitores representam uma retrospectiva de 2017 e apontam algumas perspectivas para 2018. Trazemos também duas entrevistas brilhantes. Uma com o jurista Cláudio Ferreira, que fala sobre a judicialização da luta para defender os direitos dos trabalhadores, e outra com a historiadora Virgínia Fontes, que traz uma reflexão sobre o atual momento político, social e cultural da classe trabalhadora, não só no Brasil como no mundo.

Com esse arsenal, queremos oferecer ao nosso público um material reflexivo e motivador para que possamos, juntos, continuar no caminho da luta. Porque para termos uma boa colheita, precisamos plantar agora. Só assim podemos barrar o retrocesso. Boa leitura! ◆

Fernando Lima
Diretor de Imprensa

Um **ano difícil** para a classe **trabalhadora**

Mais um ano chega ao fim e com ele a sensação de dever cumprido. Sim, dever cumprido porque os trabalhadores foram às ruas resistir contra toda essa onda conservadora e reacionária que paira no mundo, porém com mais força no Brasil. Mas a luta entre os trabalhadores e o capital é e sempre foi desigual. Nossa resistência não foi suficiente para impedir retrocessos. Foram muitos os direitos usurpados pelo governo ilegítimo, ferindo de morte conquistas históricas da classe trabalhadora. Um governo que tem uma rejeição histórica, quase a totalidade da sociedade brasileira, mas que tem a mão não tão invisível do mercado dando o tom. Para 2018, é preciso mais, muito mais luta! A seguir, um balanço do que representou o ano de 2017 para os trabalhadores.

Trabalhadores com menos direitos

No ano em que se comemorou o centenário da Revolução Russa e da primeira grande greve geral no país – encabeçada pelos trabalhadores da indústria e do comércio de São Paulo -, os trabalhadores levaram um revés. Em 2017, a lei da tercerização – aprovado no final de 2016 – passou a valer e o governo ilegítimo conseguiu aprovar a reforma trabalhista. Tanto uma quanto a outras ferem de morte a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), acabando com direitos históricos, conquistado a ferro e fogo pela classe trabalhadora.

Para o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, a reforma trabalhista foi o saldo mais negativo de 2017 para a classe trabalhadora, exigida pelas confederações e federações patronais do país que apoiaram e financiaram o golpe que destituiu Dilma Rousseff. “Uma proposta feita pelos patrões atinge os direitos trabalhistas porque dá a eles poder absoluto para fazer e desfazer da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras na hora de contratar, demitir e durante a vigência do contrato de trabalho”, ressaltou o sindicalista.

A reforma trabalhista traz como “carro chefe” o Termo de Quitação Anual, uma espécie de documento no qual o trabalhador atesta que recebeu tudo que tinha direito naqueles 12 meses, como salários, 13° salário, férias, Participação dos Lucros etc. Quem assinar o termo não poderá reclamar na Justiça, caso descubra que no período foi desrespeitado algum direito como, por exemplo, a empresa não depositou o FGTS em sua conta individual, ou não pagou as horas extras devidas.

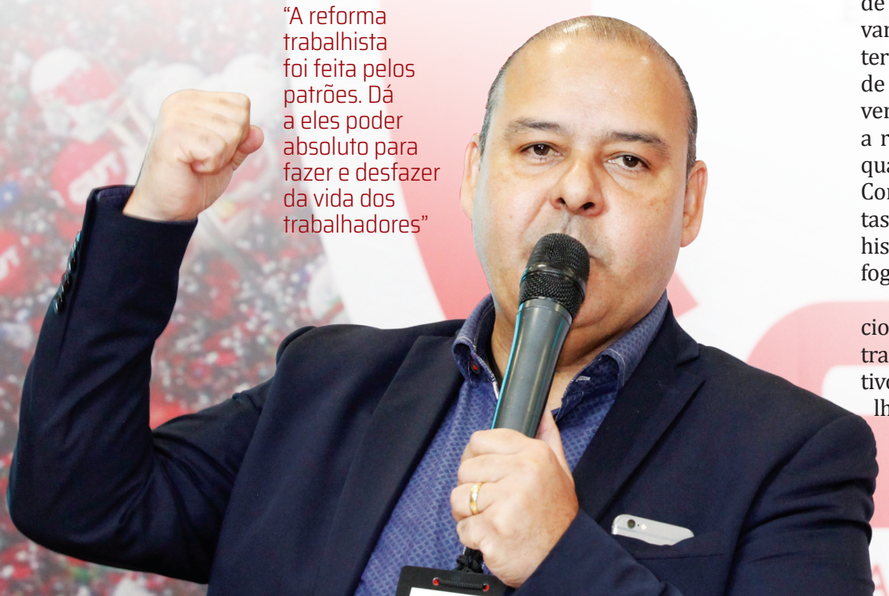
“Como a partir de agora não é mais obrigatório fazer a rescisão no sindicato de quem tem mais de um ano de registro, as chances de os trabalhadores assinarem rescisões com erros serão maiores. É uma vacina para empresários corruptos botarem a mão no bolso dos trabalhadores e ainda se considerarem dentro da lei”, frisa Vagner Freitas.

Para o presidente da CUT-PE, os ataques não param por aí, porque o que está em curso é o desmonte do Estado. As privatizações são a onda do momento e 2018 vai se deparar com isso. A privatização da Chesf, de todo o sistema Eletrobrás, da Copergás e de vários aeroportos, inclusive o do Recife, já estão na pauta do governo ilegítimo. É um processo de desmonte total com a reforma da Previdência batendo à porta.

“Estão tentando enganar a população dizendo que é necessária, que vai cortar privilégios daqueles que trabalham pouco e ganham muito. Pelo contrário, vai punir quem trabalha muito e ganha pouco, porque esses não terão direito a se aposentar. Não terão direito aos benefícios da Previdência e tudo isso em favor dos banqueiros” diz, revoltado, Carlos Veras, referindo-se à reforma da Previdência. Nesse cenário de terra arrasada, os servidores federais são uma das categorias que mais têm sofrido os impactos (ver textos nas páginas 6,7,8 e 9)

Sobre a reforma trabalhista, o movimento sindical também foi atingido. “A proposta da CUT sempre foi substituir o imposto sindical pela contribuição negocial para manter a luta por direitos, o embate capital-trabalho. A reforma acaba com esse financiamento, porque querem acabar com o embate. Não vão conseguir. Vamos fazer campanhas, alertar os trabalhadores sobre a importância de se associar aos seus sindicatos, rodar o Brasil conscientizando a sociedade de que sem luta não há ganhos nem garantias”, reforçou Vagner Freitas.

Para barrar a reforma trabalhista, a CUT lançou a campanha *Anula Reforma*, que precisa de 1,3 milhão de assinaturas para poder apresentar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei de Iniciativa Popular. ◆



MERCADO
“A reforma trabalhista foi feita pelos patrões. Dá a eles poder absoluto para fazer e desfazer da vida dos trabalhadores”

APOSENTADORIA
“A reforma da Previdência vai punir quem trabalha muito e ganha pouco, porque esses não terão direito a se aposentar”

Reforma da Previdência e as novas ameaças

Das várias propostas que tramitaram no Congresso em 2017, duas delas merecem uma atenção especial do funcionalismo: a reforma da Previdência (PEC 287/16) e o projeto de demissão por insuficiência de desempenho. A primeira vai atingir toda a classe trabalhadora, com mais força nesse primeiro momento para os servidores públicos. A segunda é algo direcionado ao funcionalismo da esfera federal.

A reforma da Previdência é o ataque mais eminente. O governo tentou a todo custo aprová-la ainda em 2017, mas não conseguiu. A matéria entrou na pauta de votação da Câmara dos Deputados, mas foi retirada pelo presidente da casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por causa da pressão da classe trabalhadora e porque o governo não tinha os votos necessários para aprovar a medida. Por conta disso, a votação do projeto está marcada para 19 de fevereiro de 2018.

É por isso que a pressão tem que continuar. Toda a classe trabalhadora precisa estar mobilizada, inclusive os servidores federais, que são os mais prejudicados no novo texto enviado ao Congresso, no final de novembro passado. Foi uma emenda aglutinativa à PEC 287 feita às pressas, na tentativa de aprovar a todo custo a reforma e atender ao capital financeiro que financiou o golpe.

O governo manteve o tempo de contribuição do regime geral (INSS) em 15 anos, como já é, mas aplicando a proporcionalidade. Sendo assim, com o tempo mínimo, o trabalhador só teria direito a 60% da média, alcançando a integralidade (100%) apenas com 40 anos de contribuição, contanto que os proventos não sejam inferiores ao salário mínimo, conforme § 2º do art. 201 da Constituição Federal.

Já para os servidores públicos, manteve o tempo mínimo de contribuição de 25 anos, desde que cumprido pelo menos dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria. A emenda aglutinativa também prejudica os servidores nas regras de transição, condicionando direito à aposentadoria integral com paridade (apenas para quem ingressou até 1998) ao cumprimento de 62/65 anos de idade (mulher e homem). Se o servidor não tiver essas idades, se aposentará com a média de suas remunerações desde 1994. Ver mais detalhes no quadro acima.

EMENDA AGLUTINATIVA À PEC 287

O que não mudou, ou piorou

- Extinção da aposentadoria por tempo de contribuição e estabelece a idade mínima de 53 anos para a mulher e 55 anos para homens, com aplicação imediata, no RGPS
- Torna obrigatória a contribuição (sobre produção comercializada) para aposentadoria rural
- Mantém redução do valor da pensão por morte .
- Mantém restrições para conversão de tempo de atividade insalubre (especial) em comum para aposentadoria.

O que muda em relação ao texto original de dezembro de 2016

- Diferença de idade para aposentadoria entre homens (65) e mulheres (62), com algumas exceções
- Restabelece direito ao provento "integral" no caso de invalidez por doença profissional
- Permite acumulação de aposentadoria com pensão no valor até 2 salários mínimos
- Reduz o "pedágio" na regra de transição de 50% para 30% do tempo faltante
- Insere regra de transição para aposentadorias especiais sem idade mínima com 15, 20 ou 25 anos de contribuição, conforme insalubridade
- Mantém direito dos trabalhadores rurais a benefício de um salário mínimo (mulheres com 55 anos e homens com 60 anos), com 15 anos de contribuição
- Mantém a regra atual do BPC (65 anos) e o valor da pensão (não pode ser menor que o salário mínimo)

Com base em dados de Luiz Alberto dos Santos, consultor legislativo do Senado, advogado, e ex-subchefe da Casa Civil (2002-2014)

DEMISSÃO

Para desmontar a máquina e dar espaço à terceirização e à iniciativa privada, o governo também está empenhado em aprovar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 116/17, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), que prevê demissão do servidor por insuficiência. Por pressão de parlamentares da oposição, a matéria está parada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aguardando audiência pública. Caso passe no Senado, precisa ainda da aprovação da Câmara dos Deputados, antes de seguir à sanção presidencial. ◆

Servidores desrespeitados por governo ilegítimo

O descaso do governo ilegítimo para com o funcionalismo público e o serviço público foi intensificado em 2017. Como já era de se esperar, a Emenda Constitucional (95/16), que entrou em vigor em dezembro de 2016, comprometeu em cheio a Campanha Salarial dos servidores federais. A medida, conhecida como a Lei do Teto, congela os investimentos no setor público por 20 anos e foi a principal desculpa do governo para não atender à pauta da categoria, nos raros momentos em que se sentou com as entidades sindicais para negociar este ano.

BALANÇO DO ANO
"O retrocesso foi a marca de 2017, pautado pelo desmonte do Estado e pela retirada de direitos"

"O retrocesso foi a marca deste ano de 2017, pautado pelo desmonte do Estado e pela retirada de direitos", dispara o secretário geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo, sobre a campanha salarial. "Mas nossa resistência continua viva. É lutar para que não haja nenhum direito a menos. Essa é nossa principal tarefa num cenário tão preocupante como o que estamos atravessando", diz, otimista, o líder sindical.

Os servidores federais defenderam em 2017 um reajuste de 22,10%, sendo 19,71% para recompor o poder de compra dos salários e apenas 2% de ganho real efetivo. Este percentual defendido em pauta não considerava, por exemplo, as parcelas do reajuste previsto em lei para algumas carreiras do Poder Executivo que devem ser pagas em 2018 e 2019, mas estão ameaçadas pela Medida Provisória (MP) 805, editada em novembro de 2017. Lembrando que o percentual e a pauta eram comuns a todos do serviço público. Como uma forma de desmobilizar e dividir a categoria, o governo costuma negociar por carreira ou entidade representativa.

Sobre a Lei do Teto, Sérgio Ronaldo alerta que ela inviabiliza qualquer chance do país de sair da crise que se instalou e nega direitos básicos à população, sobretudo a mais carente. "Será o fim dos investimentos em áreas essenciais e sociais, o fim dos concursos públicos e das adequações em remunerações. É uma emenda que enterra o que a própria Constituição determina como direito de todo cidadão brasileiro. É um cenário de caos que engessará o Brasil qualquer que seja o próximo presidente", adverte.

Ainda sobre a Campanha Salarial, Sérgio Ronaldo reforça: "Nada foi negociado. Esta política que está sendo adotada por esse governo ilegítimo e sem voto joga o setor público no caos e tenta transferir para o conjunto dos servidores a culpa pelas reformas que estão retirando direitos dos brasileiros. É algo que não podemos e não vamos permitir."

É por isso que a categoria deu início a uma campanha pela revogação da EC 95 e, em 2018, pretende reforçá-la nos mesmos moldes da campanha Anula Reforma, lançada pela CUT este ano com o objetivo de revogar a reforma trabalhista, através de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Enquanto isso não ocorre, as entidades dos servidores federais estão realizando ações pontuais, como ato público do dia 29 de novembro, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), para sensibilizar os magistrados pela revogação dessa emenda por meio do Judiciário.

Além da EC/95, a assessora do Dieese na Condsef/Fenadsef, Alessandra Cadamuro, acredita que outras medidas como a Lei da Terceirização (13.429/2017) e a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) também comprometem o futuro do serviço público. "Estas ações do governo em exercício têm contribuído de maneira contundente e rápida na retirada de direitos sociais e no desmonte do papel social do Estado brasileiro, restringindo a organização do Estado e a capacidade de responder às demandas da sociedade", reforça. ◆

Suspenso adiamento de reajustes e aumento da alíquota previdenciária

Além de oferecer reajuste zero para os servidores federais em 2017, Temer ainda tentou desfazer acordos firmados em 2015 e 2016, através da Medida Provisória (MP) 805/17. A matéria, que postergava e cancelava aumentos previstos para 25 categorias, entraria em vigor dia 1º de janeiro, mas foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), dia 18 de dezembro. Em fevereiro, após recesso do Judiciário, o plenário da corte deve avaliar a decisão do ministro Ricardo Lewandowski.

Até lá, também está suspenso para os servidores do Regime Jurídico Único (RJU), o aumento da alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14% sobre a parcela da base de contribuição que exceder o teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), atualmente em R$5.531,31. Este aumento da alíquota atingiria somente os servidores que ingressaram no serviço público até setembro de 2012, data da instituição do regime de previdência complementar, e que não optaram por aderir ao regime de previdência complementar (Funpresp-Exe). Ricardo Lewandowski atendeu a Ação Indireta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Psol, documento que a Condsef/Fenadsef e outras entidades nacionais da categoria subscreveram.

A ADI alegou vícios formais e materiais na MP 805, que vão de encontro com pressupostos de relevância e urgência exigidos pela Constituição para a edição de medidas provisórias (artigo 62) e dispositivos como o inciso XXXVI, do artigo 5º, que preserva o direito adquirido, e o inciso XV do artigo 37, que prevê a irredutibilidade dos vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos.

A ação também considerou o artigo 195 da Constituição: "Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total". No entanto, a MP 805 não traz estudo que evidencie a necessidade de aumento da alíquota para assegurar o equilíbrio financeiro das contas do regime próprio da Previdência. Ao contrário, apresenta apenas dados alarmistas e projeções sem fundamentações técnicas e teóricas.

IMPACTO

A assessora da sub-secção do Dieese na Condsef/Fenadsef, Alessandra Cadamuro, conta que em relação à ajuda de custo, o impacto da MP 805 seria maior, pelo menos em termos de valor. "Antes era calculada sobre a remuneração do servidor até o limite correspondente a três meses de remuneração. Se a MP entrar em vigor, o valor corresponderá a um mês de remuneração do servidor na origem ou valor de uma remuneração mensal do cargo em comissão. Já o auxílio-moradia terá seu valor reduzido em 25% a cada ano, a partir do segundo ano de recebimento e até o quarto ano de recebimento", detalha.

> "A MP prevê o mesmo aumento de alíquota de contribuição dos servidores aposentados e pensionistas.",
>
> Alessandra Cadamuro

A assessora do Dieese fez uma simulação: "A MP prevê o mesmo aumento de alíquota de contribuição dos servidores aposentados e pensionistas. Um servidor que receba, por exemplo, R$10.000,00, a alíquota de contribuição, que hoje é de 11%, ou seja, R$1.100,00, passará para R$ 1.234,06. Isso representará um aumento de 12% na contribuição previdenciária do servidor", explica Alessandra.

Para o coordenador geral do Sindsep, José Carlos de Oliveira, a suspensão da MP 805 é uma vitória para a categoria e mais uma derrota para o governo golpista de Michel Temer. "A Justiça dessa vez foi feita", disparou. Importante destacar que o ataque aos servidores aconteceu logo após o presidente golpista ter comprometido os cofres públicos com R$ 32,1 bilhões em concessões e medidas para beneficiar os parlamentares do Congresso que o livraram de ser investigado pela Justiça. ◆

Celetistas com negociações travadas

Assim como os servidores do Regime Jurídico Único (RJU), os trabalhadores das empresas públicas - regidos pela Convenção das Leis do Trabalho (CLT) - também tiveram as negociações travadas este ano. Nesse grupo estão, por exemplo, os empregados da Ebserh e da Conab.

A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), que controla as negociações dos celetistas do serviço público, não deu aval para negociar impactos financeiros. Assim como a Secretaria de Relações do Trabalho, que acompanha as negociações dos RJUs, a Sest levantou a bandeira do reajuste zero, rejeitada pelos trabalhadores.

As negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2017/2018 dos empregados da Ebserh foram proteladas ao máximo pela empresa pública. No final de novembro, com a mediação do Tribunal Superior do Trabalho, chegou-se ao entendimento de levar as cláusulas econômicas ao dissídio e manter cláusulas sociais, retirando os dois dias de abono. Um resultado que ficou aquém do desejado, mas foi o possível dentro de um cenário de retrocessos.

Entre a entrega da pauta do ACT 2017/2018 até chegar à decisão de levar ao dissídio foram longos 11 meses. A Condsef/Fenadsef protocolou a proposta de acordo em dezembro de 2016. Foram várias negativas por parte da empresa. Foi preciso deflagrar uma greve nacional, no dia 19 de setembro, para o setor ser ouvido e o TST entrar na negociação.

Segundo o juiz auxiliar do TST, Rogério Neiva, que mediou a negociação dos trabalhadores com a empresa pública, a expectativa é que no julgamento do ACT 2017/2018 os trabalhadores consigam o IPNC do período ou outro índice similar, tanto para os salários quanto para os benefícios. O julgamento do ACT 2017/2018 deve acontecer até março do ano que vem, quando vence uma nova data-base do setor.

ACT 2018/2019

Enquanto aguardam o julgamento das cláusulas econômicas do ACT 2017/2018, a Condsef/Fenadsef e os empregados da Ebserh já preparam a pauta do próximo acordo coletivo. As demandas que vão ser negociadas em 2018 foram discutidas em encontro nacional do setor, realizado dias 19 e 20 de dezembro, em Brasília. O Sindsep-PE participou da atividade, representado pelos diretores Gislaine Fernandes e Moab Alves, e da filiada Ana Paula Pereira, todos da Ebserh Recife.

CONAB

A negociação do ACT 2017/2018 dos empregados da Conab também começou tarde. A data-base venceu em 1º de setembro, mas só em dezembro a companhia chamou a Fenadsef para negociar. É porque lá teve um elemento a mais do que o reajuste zero. A empresa não estava reconhecendo a Fenadsef como representante dos trabalhadores do setor, embora a entidade já fosse legitimada pela base.

A tendência é que a situação se resolva em breve porque a Justiça também já reconheceu a legitimidade da Fenadsef. A juíza da 1ª Vara do Trabalho, de Brasília, Elyzangela de Souza Castro Dickel, julgou procedente a solicitação da federação para representar o setor nas negociações do acordo coletivo.

Na mesma decisão, a magistrada afastou a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), por não fazer parte do segmento, e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Empresas Públicas de Abastecimento Alimentar (Sintabas), por não possuir registro sindical, ou seja, não existir legalmente. A juíza também afastou a Associação dos Empregados da Conab, a Asnab, por não se tratar de uma entidade sindical. Mas, a Asnab é parceira da Fenadsef e muito tem contribuido para as negociações do ACT. ◆

PLENÁRIA EBSERH
Nos dias 19 e 20 de dezembro, trabalhadores discutiram pauta do ACT 2018/2019

Temer veta PL da negociação coletiva

Uma luta dos servidores federais que já dura quase 30 anos e estava prestes a ser implementada foi golpeada pelo governo ilegítimo. Trata-se da regulamentação da negociação coletiva que, em 2017, foi aprovada no Congresso Nacional e já estava prestes a entrar em vigor. Mas, alegando inconstitucionalidade e vício de iniciativa, no apagar das luzes de 2017, o presidente Michel Temer vetou integralmente o Projeto de Lei (PL) 3831/15, que estabelece a negociação coletiva no setor público. A rejeição total à matéria surpreendeu até mesmo o movimento sindical, que via a sua aprovação, mesmo que parcial, como um dos maiores avanços da categoria nos últimos anos.

"Até esperávamos vetos a alguns itens como os que preveem discussão de plano de carreira e previdência. Era possível que eles não quisessem se amarrar também a prazos e regras", diz Antônio Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar (Diap), que apostava numa legislação mais genérica. Segundo Queiroz, a contar da publicação do veto no Diário Oficial da União (DOU), em 18 de dezembro, o Congresso tem 30 dias para realizar uma sessão conjunta (Câmara e Senado) para decidir se derruba ou não o veto presidencial.

O voto será aberto e é necessário maioria absoluta (50% mais um de cada casa – 41 senadores e 257 deputados) para derrubar a decisão de Temer. Antônio Queiroz está otimista quanto à derrubada do veto da matéria no Congresso, já que o projeto não encontrou resistência dos parlamentares e foi proposto por um senador da base aliada do governo, Antônio Anastasia (PSDB-MG).

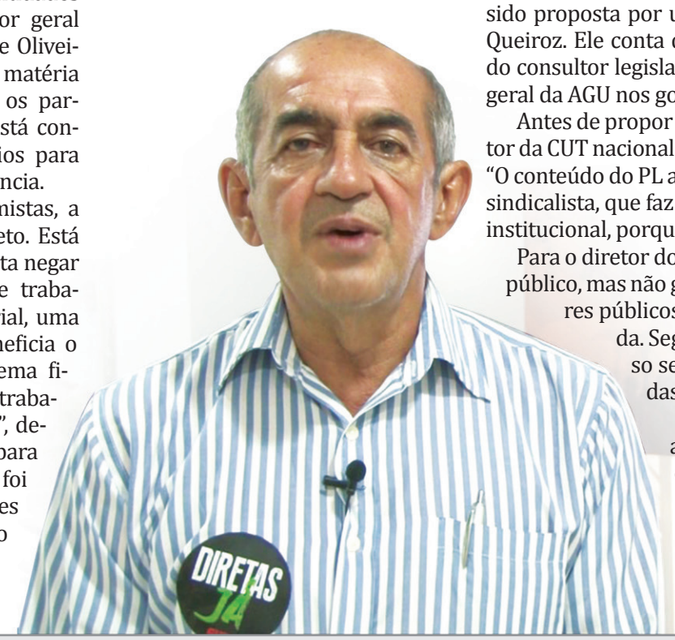
A negociação coletiva para o servidor público está prevista na Constituição Federal de 1988, necessitando apenas de lei complementar. Além disso, o Brasil é signatário da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que também prevê essa negociação. Sobre o vício de iniciativa alegado pelo governo, Antônio Queiroz contesta. "Se o Congresso não pudesse propor, a Lei do Teto (Emenda Constitucional 95) também seria inconstitucional, pois ela interfere nos estados e municípios e não apenas na esfera federal."

O veto ao PL segue a lógica do governo golpista de enfraquecer o Estado, já que a instalação do processo de negociação iria valorizar as entidades sindicais. Para o coordenador geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira, Temer pode querer usar a matéria como moeda de troca com os parlamentares, já que ele não está conseguindo os votos necessários para aprovar a reforma da Previdência.

"Apesar de estarmos otimistas, a mim não surpreende esse veto. Está no DNA desse governo golpista negar e usurpar direitos da classe trabalhadora. É uma visão ditatorial, uma ditadura do capital, que beneficia o empresariado e todo o sistema financeiro em detrimento ao trabalhador, quem de fato produz", declara José Carlos de Oliveira, para completar: "Um governo que foi capaz de gastar R$ 100 milhões para desgastar a imagem do servidor público, é capaz de tudo." O governo realizou uma campanha de mídia para aprovar a reforma da Previdência, tratando o servidor público como privilegiado, alegando que era preciso atacar privilégios do funcionalismo, num discurso mentiroso e segregacionista.

O coordenador do Sindsep-PE reforça a necessidade de união e mobilização dos servidores públicos. "Precisamos lembrar ao governo e à sociedade que o serviço público é o patrimônio de quem não tem patrimônio e que o capital só precisa do Estado para acumular riquezas", dispara José Carlos de Oliveira.

CONQUISTA
"O conteúdo do PL atende os princípios da negociação coletiva defendido por nós"



O PROJETO

O PL 3831/15 é de autoria do senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), base aliada ao governo. A matéria é, em sua totalidade, bom para os servidores públicos. "O fato de ela ter sido proposta por um peessedebista não diminui em nada o seu mérito", garante Antônio Queiroz. Ele conta que o projeto do senador Anastasia foi elaborado com base em estudo do consultor legislativo do Congresso, Ronaldo Jorge Araújo Vieira Júnior, que foi consultor geral da AGU nos governos Lula e Dilma.

Antes de propor o projeto, o senador chamou as centrais sindicais para conversar. O diretor da CUT nacional e da Condsef/Fenadsef, Pedro Armengol, participou dessas negociações. "O conteúdo do PL atende os princípios da negociação coletiva defendidos por nós", explica o sindicalista, que faz um alerta: "No contexto atual, o projeto permitiria apenas sair do vácuo institucional, porque a Emenda Constitucional 95 não dá margem à negociação."

Para o diretor do Diap, é uma janela de oportunidade para o movimento sindical no setor público, mas não garante a data-base e o mecanismo de acordo coletivo porque os servidores públicos são regidos por regras diferentes dos trabalhadores da iniciativa privada. Segundo a Constituição, tudo que for de reposição e reestruturação é preciso ser feito por meio de lei. "No setor privado, as negociações se dão através das profissões, e no setor público, pelas carreiras", explica Pedro Armengol.

O PL 3831/15 contempla servidores da administração pública direta, autarquias e fundações públicas da União, dos municípios, dos estados e do Distrito Federal. A negociação coletiva pressupõe a instalação de mesas para discutir questões como: planos de carreira; remuneração; regime jurídico; avaliação de desempenho; condições de trabalho; benefícios; política de recursos humanos; etc. ◆

LINHA DO TEMPO | A longa trajetória de luta em busca da negociação coletiva

1978
A OIT homologou a Convenção 151, que consiste num conjunto de normas para garantir e defender os interesses dos funcionários públicos das três esferas (municipal, estadual e federal), no que versa sobre negociação coletiva e liberdade sindical. Na época, o Brasil não se tornou signatário dessa convenção e os seus servidores públicos também não tinham nenhum tipo de negociação coletiva.

1988
O artigo 39 da Constituição Federal previu a negociação coletiva no setor público, mas não deixou claro como se daria o processo negocial. Para isso, seria necessária a edição de lei complementar, o que até então não tinha acontecido e os servidores públicos continuavam sem esse direito.

1990
A Lei 8112, conhecida como Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos federais, assegurava à categoria, nos termos da Constituição Federal, o direito à negociação coletiva, na alínea d do artigo 240. Na época, o artigo chegou a ser vetado pelo presidente da República, mas foi mantido pelo Congresso. Mesmo assim, como não havia lei para regulamentar a negociação, os servidores permaneceram sem esse direito.

1997
O Executivo (Governo FHC) enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória 1.595-14, aprovada pelos parlamentares e convertida na Lei 9.527, que revogou uma série de itens do Regime Jurídico Único (RJU), entre elas a alínea d do artigo 240, que garantia a negociação coletiva para os trabalhadores do setor público, nos termos da Constituição Federal de 1988.

2010
Após muita luta do movimento sindical, inclusive da CUT e da Condsef, foi publicado o Decreto Legislativo 206, que aprovou a Convenção 151 da OIT, que prevê a negociação coletiva no setor público. No entanto, isso ainda não garantiu a instalação do processo de negociação, mas foi, acima de tudo, um comprometimento político para cumprimento desse direito.

2013
Por pressão da CUT e da Condsef, foi publicado o Decreto Presidencial 7.944, que promulgou a Convenção 151 da OIT. Esse decreto ratificou, agora por parte do Executivo, a norma internacional no Brasil. Foi mais um compromisso político de que o Estado brasileiro tinha interesse de fazer valer esse direito. No entanto, ainda faltava a lei específica para disciplinar a negociação coletiva no setor público.

2015
Senador Antônio Anastasia (PSDB-MG) apresentou o Projeto de Lei (PL) 3831/15 que regulamenta a negociação coletiva no setor público. A matéria foi aprovada no Senado e seguiu para apreciação da Câmara dos Deputados.

2017
Depois de ser aprovado na Comissão de Administração da Câmara dos Deputados, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa aprovou o projeto sem nenhum questionamento, o que possibilitava que o PL seguisse para sanção presidencial. Mas, no dia 18 de dezembro de 2017, Michel Temer vetou integralmente o PL. A expectativa é que o Congresso Nacional derrube o veto.

Ruas ocupadas pela classe trabalhadora

Todo o retrocesso de 2017 não se deu sem luta. Houve muita resistência e mobilização da classe trabalhadora. Porém, era preciso mais. Faltou a massa da população nas ruas para fazer estancar a sangria que o governo ilegítimo está imprimindo contra os brasileiros. Para o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, vários fatores têm afastado as pessoas da luta. Um deles é o poder que a mídia tem sobre a sociedade, que faz campanha diuturnamente a favor das medidas que atingem as classes subalternas.

"Toda a mídia conservadora e reacionária trabalha unida contra os trabalhadores. Outro ponto foi o ressurgimento de grupos de extrema direita que saíram do armário e foram às ruas com o discurso de ódio e da intolerância, atraindo outra parcela da população. Esses grupos, agora sabemos, foram financiados por grandes grupos nacionais e internacionais interessados em tirar direitos dos trabalhadores para lucrar mais e meter a mão no patrimônio nacional. Tem também o fato de partidos de direita como PSDB e DEM, que, sem votos, queriam voltar ao poder na marra", comentou Vagner Freitas.

Mas as representações dos trabalhadores fizeram a sua parte. Grandes atos foram articulados contra a política de retirada de direitos do governo Temer. A primeira grande mobilização de 2017 aconteceu no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Mulheres de todo o Brasil ocuparam as ruas para lutar pela conquista e garantia de seus direitos.

Alguns dias depois, no dia 15 de março, as centrais sindicais e movimentos populares se uniram e promoveram o primeiro Dia Nacional de Paralisação do ano, contra as reformas trabalhista e da Previdência. Foi uma mobilização como há muito tempo não se via. Milhares de pessoas paralisaram suas atividades em todo o país. Em Recife, 40 mil pessoas saíram às ruas. O dia foi também uma preparação para a grande greve geral que seria realizada no mês seguinte.

A mobilização foi convocada pela CUT e demais centrais sindicais, com a adesão de vários sindicatos, como o Sindsep-PE, que esteve presente com seus diretores e filiados. Outros movimentos também estiveram à frente das manifestações, como MST, o MTST e a UNE.

GREVE GERAL

No dia 28 de abril, o Brasil parou em uma grave geral. O movimento foi um protesto contra a reforma das leis trabalhistas e da Previdência. Mais de 150 cidades, entre capitais e municípios do interior participaram da paralisação, envolvendo mais de 40 milhões de pessoas.

Naquele dia, o Recife acordou deserto, com os transportes públicos parados e poucas pessoas circulando pela cidade. À tarde, a mobilização levou mais de 200 mil pessoas para as ruas do centro da capital pernambucana, que saiu em passeata pelo centro. Além disso, foram realizados atos em mais de 30 municípios e mais de 50% das cidades pernambucanas fizeram atividades públicas ao longo do dia. Diversas rodovias federais e estaduais foram interditadas.

Com ampla cobertura na mídia internacional, a greve foi minimizada pelos grandes meios de comunicação brasileiros - apoiadores do golpe.

OS NÚMEROS DAS RUAS

40 milhões

de pessoas participaram da greve geral

DERBY

A praça da Democracia foi o quartel general dos mobilizações dos trabalhadores

CENTRO

As ruas centrais foram tomadas pela população que não aceita nenhum direito a menos

Dois meses depois, no dia 30 de junho, os trabalhadores voltaram a fazer mais uma greve nacional, dessa vez com uma amplitude menor, sem deixar de ter uma grande repercussão. Foram realizadas atividades de rua em todo o país e tiveram como principais pautas a luta contra as reformas da Previdência e trabalhista, além da exigência da saída de Michel Temer da Presidência e a revogação de todos os atos do seu governo.

MAIS RUAS

Em setembro, durante o desfile do Grito dos Excluídos, os trabalhadores denunciaram, mais uma vez, os desmandos do governo ilegítimo. Com o tema *Por direitos e democracia, a luta é todo o dia* a atividade abordou a realidade de um Brasil em crise, com desemprego e retirada de direitos trabalhistas.

No dia 10 de novembro, mais protestos. Em todo o país, houve mobilização contra a reforma trabalhista, que entrou em vigor no dia seguinte. As mobilizações também ocorreram contra o desmonte da Previdência e pelo fim do trabalho escravo. Em diversas cidades foram realizados atos com fechamentos de rodovias e avenidas, panfletagens e paralisações. No Recife, houve assembleia geral da classe trabalhadora na praça do Derby. Em seguida, todos os presentes saíram em caminhada até o Ministério do Trabalho.

Encerrando 2017, no dia 5 de dezembro, as centrais sindicais voltaram a fazer atos no Brasil contra a reforma da Previdência. As vozes das ruas deixaram um recado bem claro aos deputados e deputadas: "Quem votar, não volta" e "se botar pra votar, o Brasil vai parar", em referência às eleições de 2018, ano em que muitos deputados tentarão a reeleição. Em Recife, o ato contou com cerca de 2 mil pessoas, que se encontraram na praça do Derby e saíram em caminhada pela avenida conde da Boa Vista.

Dentro desse cenário, o ano de 2018 chega com uma grande missão. A classe trabalhadora precisa repetir a façanha de 2017 e realizar uma nova grande greve geral. A bandeira do *Fora Temer* foi vencida, mas não abandonada. Ela é, acima de tudo, pedagógica: orienta, forma e articula o conjunto da classe trabalhadora.

"Temer usou a estrutura pública para se manter no poder. Uma presidente legítima e honesta foi deposta e uma pessoa que foi apontada como o líder da maior organização criminosa do país se mantém no poder, com rejeição total, com apenas 3% de aprovação. Esse índice está na margem de erro. Então, 2017 foi um ano de muita resistência, de muita luta, que nos possibilita continuar a fazer o enfrentamento", defende o presidente da CUT Pernambuco, Carlos Veras. ◆

“Há um **desequilíbrio** grande entre **quem contrata** e **quem vende** a força de **trabalho**”

Desde o segundo semestre de 2016 – quando o ultraneoliberalismo foi reerguido no Brasil pelas forças políticas que tomaram o poder por meio de um golpe - que a classe trabalhadora vem sendo frontalmente bombardeada. Foram vários direitos usurpados pelo governo ilegítimo, muitos deles atingindo os servidores públicos. Essa realidade faz crescer a judicialização da luta pela manutenção dos direitos trabalhistas. Muitos dos projetos aprovados e transformados em leis são frágeis e dão brechas para a inconstitucionalidade, como a reforma trabalhista e a licença sem vencimento de servidores federias. Sobre esse assunto, o Sindsep-PE entrevistou o jurista Cláudio Ferreira, que faz um balanço da (i)legalidade dessas reformas que retiram direitos trabalhistas e aponta caminhos a serem seguidos.

INCONSTITUCIONALIDADE DA REFORMA TRABALHISTA

A Reforma Trabalhista prejudica os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ou seja, os que estão ligados à iniciativa privada, às empresas públicas, como a Ebserh e a Conab, e às empresas de Sociedade Anônima, como o Banco do Brasil e a Petrobras. Ela é uma reforma pensada não na perspectiva de defender o empregado e melhorar as relações sociais. Mas, ao contrário, todos os pontos são focados para tentar dar segurança jurídica às empresas. É uma reforma para beneficiar empresas. Ela quebra os pilares básicos da relação de trabalho regularizada pela CLT, que foi desfigurada. O direito do trabalho foi constituído para proteger o trabalhador, uma vez que ele é a parte mais frágil da relação do trabalho. Há um desequilíbrio grande entre quem contrata e quem vende a força de trabalho, porque quem contrata tem o poder econômico e muito mais força para fazer valer a sua vontade. Quando, agora, eles invertem a lógica, começa a surgir a interpretação de que essa reforma viola a Constituição brasileira. A Constituição tem um capítulo sobre os direitos fundamentais e sociais que trata das relações do trabalho. Esse capítulo foi elaborado para proteger o trabalhador, justamente por entender que ele é o mais frágil da relação. Desse capítulo pode-se extrair o princípio protetivo ou da cláusula contra o retrocesso social. Isso porque a Constituição deixa claro que os direitos fundamentais, nela inscritos, não poderão ser objetos de Lei ou Emenda que visem reduzir a sua dimensão. Então, muitos juízes do trabalho já começam a dizer que muitas das regras dessa reforma não serão consideradas porque violam os princípios fundamentais inscritos na Constituição. Esse debate irá começar no Judiciário Trabalhista. Caso consigam barrar essa reforma na Justiça do Trabalho, isso pode se espalhar pelo conjunto do Judiciário brasileiro, inclusive o Judiciário Federal.

TERCEIRIZAÇÃO

Essa reforma trabalhista não legaliza a terceirização irrestrita. Ela promove uma fraude ao contrato de emprego. Por ela, um cidadão poderá ter uma empresa sem empregados. Todos podem ser terceirizados. Aí a primeira pergunta que faço é: uma empresa pode ser constituída sem empregados, apenas com terceirizados? Eu entendo que não. Em relação ao serviço público, o raciocínio é o mesmo. Como pode existir um órgão público, constituído para prestar serviço público à população, sem servidores? Apenas com terceirizados? Não existe isso. Não seria um serviço público, mas um serviço prestado por terceirizados. Então, também seria uma fraude às relações de trabalho entre servidor e Estado e as exigências constitucionais de realização de concurso público. Uma terceirização sem limites, atingindo as funções próprias do serviço público, não devem ser aceitas porque seria uma fraude à Constituição.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Quem completou as condições necessárias para se aposentar está protegido contra a reforma da Previdência. Nenhum servidor que está na ativa e recebe abono de permanência será afetado. Com relações aos demais, há uma recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de que exista uma regra de transição para que se respeite o fato de que aqueles servidores já adquiriram, parcialmente, o direito a aposentar-se nas condições anteriores. Caso não venha uma regra de transição, poderemos contestar a reforma. Não temos como impedir uma reforma da Previdência na Justiça, porque se eles conseguirem a maioria do quórum constitucional poderão modificar a Constituição. Mas podemos impedi-la com mobilização e contestá-la caso ela não contenha essa regra de transição.

DEMISSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

Primeiro: para quem ingressou no serviço público antes dessa mudança, se realmente ela for aprovada, a utilização desse dispositivo é completamente inconstitucional, porque viola direitos adquiridos. Mas ela também poderá ser questionada caso seja aplicada aos servidores que venham a ingressar no serviço público depois que for aprovada, se assim ocorrer. Isso porque a estabilidade do servidor público está inscrita na Constituição. Se uma lei exclui a estabilidade, ela irá ferir o princípio do não retrocesso social.

LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO

Esse governo criou uma modalidade de demissão temporária. A partir da regra que eles adotaram, um servidor que decida pedir licença ficará no mínimo quatro anos afastado. E o servidor não poderá retornar antes do prazo, como acontecia antes, caso ele decidisse por isso. O servidor perdeu esse direito. Além disso, ao final da licença, a administração pública pode prorrogá-la por mais algum período, que pode ser de meses ou anos, mesmo que o servidor não queira. Eu acredito que isso também é inconstitucional. Isso porque a licença sem vencimento pressupõe duas vontades: a vontade do servidor, que fez a solicitação, e a da administração, em conceder ou não.

PDV

O problema do PDV é que o mercado de trabalho brasileiro está completamente comprimido por causa da política

econômica de arrocho e desinvestimentos do atual governo. Caso o servidor não tenha um objetivo muito claro, como uma atividade paralela ao serviço público que ele acredite que lhe trará mais satisfação pessoal e financeira, não faz sentido aderir ao PDV. Hoje não existe mais financiamento para micro e pequenas empresas, os juros em relação à inflação continuam muito altos e o desemprego é enorme. Com pouco dinheiro circulando na economia, a possibilidade de esse servidor investir em uma empresa que obtenha sucesso ou se recolocar no mercado de trabalho é muito mais difícil do que algum tempo atrás.

GEAP E PLANOS DE AUTO-GESTÃO

O fundamental com relação ao Geap/Plano de auto-gestão não é discutirmos índices de reajuste na Justiça, mas a questão do custeio. Ou seja, quem deve arcar com a maior parte do custeio. Hoje, o Conselho de Administração do Geap é indicado majoritariamente pela União. Os servidores indicam a minoria. Mas os trabalhadores pagam um percentual do custeio maior do que o da União. Então, antes de qualquer coisa, deveria haver uma inversão com relação à composição do Conselho. Entendo ainda que não se pode ficar mudando a proporção contratualizada inicial do plano, quando os servidores aderiram a ele, sempre em benefício da União, que vem diminuindo, cada vez mais, a obrigação dela em financiar a sua parte nos custos. Por isso, na ação que ingressamos na Justiça, pedimos que o custeio do plano seja dividido igualmente entre os servidores e a União. O que está desequilibrando o plano é isso.

REFORMA DO SERVIÇO PÚBLICO

Não acredito que esse governo terá capacidade de realizar uma reforma do serviço público porque está gastando todo o capital político que tem para se manter no poder. Mas essa pauta estará presente nas eleições presidenciais de 2018.

ELEIÇÕES 2018

O servidor deve participar ativamente das eleições de 2018 para identificar quais são os candidatos que irão prometer fazer reformas que subtraia direitos do trabalhador. Defendo, inclusive, que as centrais sindicais e sindicatos adotem uma plataforma de direitos que devem ser garantidos aos trabalhadores e apresentem aos candidatos para identificar quais deles irão assumir compromissos com a classe. E essa plataforma tem que ser construída a partir uma grande unidade dos trabalhadores, inclusive para que eles possam se orientar em quem votar e por que votar no candidato A, B ou C. Caso os candidatos eleitos não defendam essa plataforma, a saída é criar ações para resistir e tentar impedir o retrocesso social.

AÇÃO COLETIVA

O direito só surge do fato social. Não é o inverso. Então, há uma necessidade urgente de nós voltarmos a construir aquelas grandes mobilizações que tínhamos nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, que garantiram o reconhecimento de vários direitos dos servidores públicos, como o direito à sindicalização, o direito à greve e o estatuto do Regime Jurídico Único (RJU). Foi uma série de conquistas, que não foram beneplácito de nenhum governo, mas fruto de mobilizações dos servidores que se reconheceram como agentes de vontade coletiva. Hoje, o que vemos são os servidores se afastando de seus sindicatos, acreditando que podem resolver seus problemas de forma individual, sem querer participar das mobilizações coletivas. Esse caminho é o caminho da derrocada, da subtração de direitos, do arrocho salarial, da miserabilização das relações de trabalho. O caminho para o servidor manter os seus direitos adquiridos e reverter esse processo, tendo ganhos, é o caminho da ação coletiva. Por isso, a necessidade dos trabalhadores se unirem em torno de seus sindicatos para voltarem a ser agentes das vontades coletivas. A soma de diferentes vontades individuais não irá gerar uma ação forte capaz de barrar esse retrocesso que estamos vivendo. ◆

> **“A Constituição tem um capítulo sobre os direitos fundamentais e sociais que trata das relações do trabalho. Esse capítulo foi elaborado para proteger o trabalhador, justamente por entender que ele é o mais frágil da relação”**

É hora de **resgatar** o que foi usurpado dos **trabalhadores**

Se 2017 representou uma marcha à ré para a classe trabalhadora, 2018 chega como alternativa de recuperarmos o que nos foi usurpado e dar a volta por cima. Não dá mais para se calar diante de tanto retrocesso. O momento é de reagir e dizer que nós, trabalhadores, que colocamos a máquina para moer, exigimos respeito. Não vamos abrir mão de nossa dignidade. O ano que chega vem com um sinal de esperança. Temos as ruas e praças para ocupar. Nas eleições gerais de outubro, temos o compromisso moral de tirar do poder todos (TODOS!) os deputados e senadores que votaram contra os direitos trabalhistas, tirar do poder um governo ilegítimo e sem voto que só chegou ao poder porque deu um golpe. É hora de mudar e eleger os representantes da classe trabalhadora. Vamos começar 2018 com a certeza de que o ano vai representar um marco de mudança e progresso.

Um Brasil recolonizado

O poder mundial dos estados hegemônicos e das grandes corporações está reconduzindo toda a América Latina à situação de colônia e o Brasil finalmente sucumbiu ao projeto de recolonização. Em menos de uma década, três golpes já obtiveram sucesso na América Latina: em 2009, o presidente eleito, Manuel Zelaya, foi deposto em Honduras; em 2012, Fernando Lugo sofria um julgamento político e deixava a Presidência do Paraguai; em 2016, foi a vez das forças reacionárias brasileiras tomar o poder de uma presidente eleita democraticamente e dar início a uma agenda conservadora que retira direitos das classes subalternas.

Além disso, houve várias tentativas de golpes na Venezuela e a vitória de Maurício Macri, na Argentina, depois de uma perseguição da direita, Justiça e mídia daquele país à ex-presidente Cristina Kirchner. O neoliberalismo radical voltou com força, levando o Brasil à condição de país recolonizado. "A falta de rumo, no Brasil, é determinada pela vontade das elites, cujos grupos hegemônicos podem variar, mas mantêm sempre o mesmo objetivo: aprisionar o Estado usando-o como instrumento de acumulação de capital, numa relação de extorsão contra a sociedade e contra os trabalhadores, lançando mão de vários mecanismos para alcançar as metas", destacou o doutor em Ciência Política, escritor e diretor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Aldo Fornazieri.

É a recolonização surgindo em forma de neoliberalismo econômico, onde a lógica é tirar o máximo proveito da exploração da força de trabalho que já é mal paga. Uma mostra disso é a agenda de destruição de empresas privadas e públicas nacionais e entrega do patrimônio brasileiro a preço de banana a empresas estrangeiras. Outra mostra desse projeto é a desregulamentação das leis trabalhistas.

"Os resultados desses processos têm se traduzido na ausência de um Estado universalizante, na precariedade dos direitos sociais, civis, e, algumas vezes, políticos. Também em uma ordem jurídica e policial enviesada contra os pobres, os índios, os afrodescendentes, as mulheres e outros grupos minoritários. Ainda na perpetuação da desigualdade e da pobreza; no fomento proposital na produção de carências em áreas como saúde, educação e cultura; na inviabilização do desenvolvimento industrial e tecnológico; e na degradação ambiental", observou o Fornazieri.

Paralelamente a esse processo, foi dada continuidade ao projeto de destruição da esquerda brasileira por meio de perseguição policial, judiciária e midiática a lideranças nacionais e seus aliados.

REAGIR

Mas eis que 2018 surge como possibilidade do Brasil retomar o seu caminho como protagonista na história da humanidade. Será essa uma possibilidade concreta. A união e luta de cada um dos brasileiros que defendem a democracia e o desenvolvimento igualitário do país, em torno de um grande projeto de nação, é apontado como o único caminho que poderá garantir um país decente para a atual e próximas gerações. Ou o brasileiro acorda e passa a agir de imediato ou o Brasil será, mais uma vez, alijado da história.

"A condição necessária para que o Brasil tenha um futuro minimamente razoável consiste na superação da pobreza e da desigualdade, na garantia de direitos, na revolução educacional (condição de um salto tecnológico) e no acesso à saúde e educação para o povo. Somente a superação desse nó será capaz de gerar emprego, renda e inclusão de forma mais sustentável e, consequentemente, o desenvolvimento econômico e social. A grande batalha política e ética de 2018 consiste em saber se se faz uma aposta nesta possibilidade de futuro ou se se quer permanecer na mesmice do círculo que nos aprisiona", concluiu Aldo Fornazieri. ◆

CAPITAL "A falta de rumo, no Brasil, é determinada pela vontade das elites que mantêm sempre o mesmo objetivo: aprisionar o Estado usando-o como instrumento de acumulação de capital, numa relação de extorsão contra os trabalhadores"

A hora é de mobilizar, ocupar e resistir

A retomada da democracia por meio da união e mobilização dos trabalhadores e das eleições diretas para presidente da República, em 2018, é a única possibilidade concreta de o Brasil voltar a trilhar o caminho do desenvolvimentismo, geração de emprego e renda e do bem-estar social. É hora de despertar e perceber que o golpe de 2016 foi dado não para retirar uma presidente do poder, mas para retirar o direito da grande maioria dos trabalhadores e para entregar o patrimônio nacional a empresas estrangeiras. O desemprego é avassalador e o aumento de preço de mercadorias como o gás de cozinha, gasolina, mexem diretamente no bolso do consumidor.

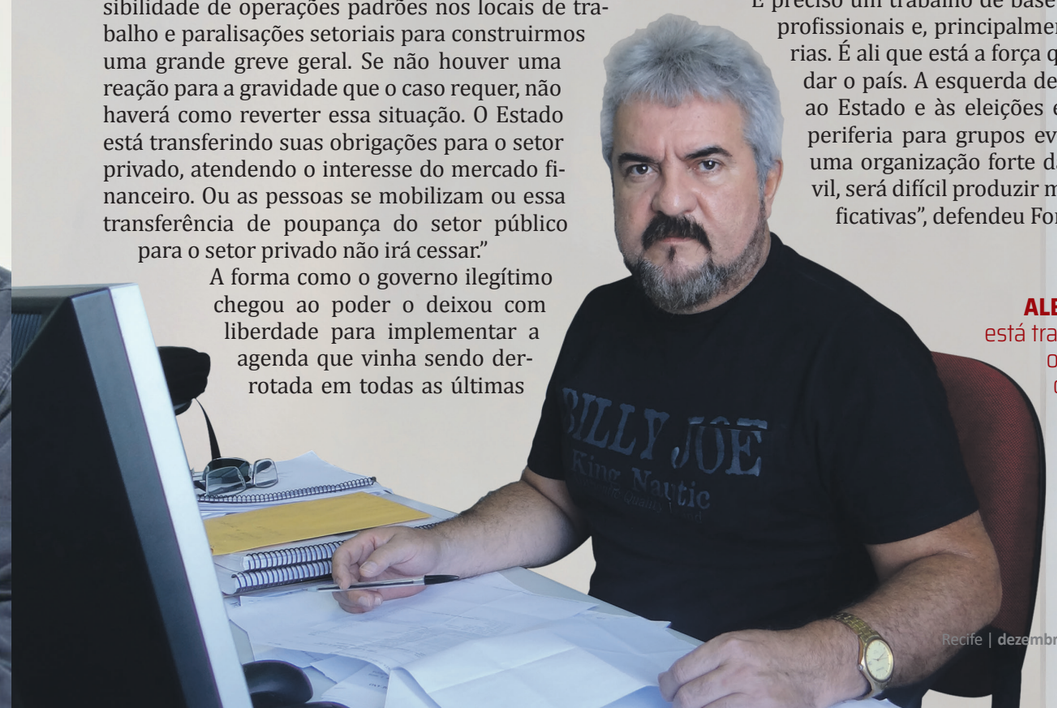
"A agenda do momento deve ser a de mobilização, ocupação e resistência. Isso se os trabalhadores quiserem evitar o sepultamento de todos os direitos trabalhistas por parte do atual governo. Precisamos parar esse país. E não é apenas por um dia. Temos que fazer uma greve que incomode, de fato, esse sistema. Unidade de ação é a palavra de ordem para o povo trabalhador brasileiro", comentou o coordenador geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira, para completar: "Precisamos voltar a trabalhar com a possibilidade de operações padrões nos locais de trabalho e paralisações setoriais para construirmos uma grande greve geral. Se não houver uma reação para a gravidade que o caso requer, não haverá como reverter essa situação. O Estado está transferindo suas obrigações para o setor privado, atendendo o interesse do mercado financeiro. Ou as pessoas se mobilizam ou essa transferência de poupança do setor público para o setor privado não irá cessar."

A forma como o governo ilegítimo chegou ao poder o deixou com liberdade para implementar a agenda que vinha sendo derrotada em todas as últimas eleições. No entanto, grande parte da população brasileira ainda continua inerte. Em vários momentos de 2017, as centrais se unificaram e puxaram seus atos. Mas a grande massa não aderiu aos movimentos.

"Acreditamos que temos condições de ampliar esse movimento em 2018. É claro que temos que lutar com muitos fatores como o enfrentamento de uma mídia golpista que passou para a população a mentira de que havia corrupção no governo anterior e que agora está tudo um céu de brigadeiro. Para isso, precisamos investir ainda mais fortemente em comunicação e voltar a manter um contato direto com as nossas bases", disse o secretário geral do Sindsep-PE, José Felipe Pereira.

Sobre o poder da mídia, José Carlos lembra que os conglomerados de comunicação representam a voz do mercado. "E o que a lei do mercado quer não interessa à população. Os investidores querem lucros exorbitantes. Não têm nenhum tipo de preocupação com os de baixo. Quanto mais lucratividade melhor, em detrimento da vida das pessoas. Instituições e entidades de esquerda devem investir em sua própria comunicação, em internet e redes sociais para informar a sociedade e fazer o contraponto aos grandes meios. Temos que interagir não apenas com nossa base, mas com toda a sociedade de forma mais ampla, abrindo os olhos da população."

Para o cientista político Aldo Fornazieri, a interação dos movimentos sociais com suas bases é determinante nesse momento de crescimento da direita. "No Brasil, temos uma sociedade civil desorganizada. É preciso um trabalho de base nas categorias profissionais e, principalmente, nas periferias. É ali que está a força que poderá mudar o país. A esquerda deu muita ênfase ao Estado e às eleições e abandonou a periferia para grupos evangélicos. Sem uma organização forte da sociedade civil, será difícil produzir mudanças significativas", defendeu Fornazieri. ◆



ALERTA "O Estado está transferindo suas obrigações para o setor privado, atendendo o interesse do mercado financeiro"

O sindicato é a arma política dos trabalhadores

2018 "A retirada de direitos só irá cessar se mudarmos, se elegermos um presidente, senadores, governadores e deputados comprometidos com a democracia, com o Brasil, com os serviços públicos e com a sociedade"

O movimento sindical é um dos alvos do golpe e precisa ser ressignificado, no sentido de se aprimorar para enfrentar o cenário desfavorável para a classe trabalhadora. Mas não existe sindicato sem o engajamento e participação de sua base. São os sindicatos que legalmente representam e defendem os trabalhadores em mesas de negociação ou em qualquer outro embate político, jurídico e administrativo. No serviço público não é diferente. Pelo contrário, a responsabilidade é maior.

É o servidor público quem sai diariamente de suas residências para trabalhar e melhorar a vida da grande maioria da população. É sua responsabilidade defender um projeto de sociedade mais justa. "Está mais que na hora de todos os servidores, municipais, estaduais e federais, se unirem e reagirem. Estamos sendo desmoralizados. Na campanha publicitária sobre a reforma da Previdência, o governo ilegítimo tenta jogar os trabalhadores da iniciativa privada contra os servidores públicos. Precisamos agir contra isso", afirma o coordenador geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira.

O governo já vem cortando há mais de um ano investimentos em políticas públicas, esfacelando as atribuições dos órgãos federais e repassando as atividades para a iniciativa privada. Além disso, os concursados públicos estão sendo substituídos por terceirizados e comissionados. Em dezembro, foi publicada uma Medida Provisória autorizando o Ibama e ICMBio a contratarem funcionários por um ano, prorrogáveis por mais um, para quase todas as atividades. É o desmonte do Estado.

"É o fim anunciado do serviço público. Acreditamos que o Brasil só será mais justo, igualitário e democrático com o Estado fortalecido e com serviço público forte, gratuito e de qualidade para a população e com condições de trabalho e salários justos para todos os servidores", comenta José Carlos.

ELEIÇÕES 2018

A mobilização também deverá ser impulsionada pelas eleições gerais de 2018. "É preciso que a população tenha consciência que a retirada de direitos só irá cessar se mudarmos o quadro atual, se elegermos um presidente, governadores, deputados e senadores, que tenham compromisso com a democracia, com o Brasil, com os serviços públicos e com toda a sociedade",, ressalta o secretário geral do Sindsep-PE, José Felipe Pereira.

"É necessário um amplo debate entre as entidades representativas dos trabalhadores e os movimentos sociais com a parcela da sociedade brasileira que não está organizada para construirmos um projeto de país. As pessoas têm que ter muita consciência dos projetos que estão em disputa no Brasil. De um lado temos políticos de partidos de esquerda que defendem as políticas públicas, a distribuição de renda e o bem-estar social. Do outro, políticos de direita que querem acabar com as políticas públicas para repassar os serviços para as mãos da iniciativa privada e só estão preocupados com a elite", destaca José Carlos de Oliveira.

"Os trabalhadores têm que estar conectados com esse processo e devem se empenhar ao máximo para que os candidatos ligados à classe trabalhadora sejam eleitos. Políticos que pertençam a partidos que sejam aliados históricos e que defendam plataformas ligadas à defesa dos direitos trabalhistas e contra o Estado mínimo", sentencia o secretário geral do Sindsep-PE, José Felipe Pereira. ◆

"Os **trabalhadores** jamais sairão da **condição subalterna**, a não ser que **enfrentem** o capital"

Para falar sobre o cenário de retrocessos que atravessa o Brasil e o mundo, o Sindsep-PE foi entrevistar a historiadora, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora da Fiocruz, Virgínia Fontes. Doutora em Filosofia pela *Université de Paris X*, Virgínia expõe de forma didática o massacre que o capital vem impondo à classe trabalhadora e deixa claro o quão perversa é a nova roupagem da luta de classes. Mas ela aponta caminhos e coloca na conta dos trabalhadores a reversão desse quadro, que só é possível através da organização e mobilização desses trabalhadores.

GARRA – O ano de 2017 se finda deixando como herança maldita para a classe trabalhadora a terceirização e a reforma trabalhista. O que esse cenário representa para a sociedade brasileira?

VIRGÍNIA FONTES – De fato, o ano de 2017 é dramático, não só por conta dessas reformas, mas por conta do conjunto das reformas que foi implantado desde o golpe de 2016. É importante a gente lembrar que o processo de terceirização e a fragilização dos vínculos de trabalho da classe trabalhadora brasileira não começaram em 2017. Começaram com as grandes demissões da década de 1990, com os PDVs daquela época, com o que se chamou reestruturação produtiva e, a partir dali, com a elaboração

e com a restauração de uma sequência enorme de formas de trabalho precárias e que vêm se aprofundando nos últimos 20 anos. É nesse cenário, no qual a classe trabalhadora já tinha dificuldade de enfrentar, que esse golpe arrebenta de vez a comporta dessa fragilização. O cenário construído pelo golpe é o do aprofundamento dramático de tendências que já vinham esboçadas nos últimos 25 anos. Só para dar um exemplo, eu sou funcionária da Fiocruz – desculpa, eu sou, atualmente, precarizada na Fiocruz - e a Fiocruz tem mais ou menos um terço de funcionários para dois terços de trabalhadores terceirizados ou precarizados. Essa é uma situação que não se inaugura agora. O que esse golpe faz é arrebentar com as comportas dos direitos que os trabalhadores ainda conseguiam conservar. Mas eles só deram esse golpe por conta do processo que já estava em curso. Essa discussão é importante porque o combate nosso ao golpe tem que ser um combate às condições que já estavam vigorando antes do golpe. Isso significa para a sociedade brasileira uma situação massiva para a qual a gente não está preparado. São massas e massas de trabalhadores sem direitos, muitos deles sem contrato, sem suporte de políticas públicas populares, porque as políticas públicas agora estão voltadas para o capital, o que também já existia antes, mas agora piorou. Portanto, a gente está assistindo a um caldeirão de contradições que tende a ferver: a violência social aumenta – a violência policial, a violência parapolicial, a violência de milicianos, a violência de forças públicas, ao lado das violências particulares das seguranças privadas. Estão fazendo uma devastação entre nossos jovens, em dez anos foram mais de 500 mil assassinados no país, mais de meio milhão. A gente tem um aumento enorme da violência contra a população trabalhadora e, aparentemente, um compromisso do Estado burguês brasileiro de conter pela força essa população. É um momento sério, grave, que temos de enfrentar, analisando o conjunto das determinações e contradições que atravessam esse processo. E a primeira delas é de que a expansão do capitalismo não foi reduzida. Pelo contrário, o golpe e todos esses procedimentos vêm em nome e para sustentar o capitalismo.

GARRA – José Murilo de Carvalho diz que, no Brasil, – a desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática". A opressão das classes subalternas é um caminho sem volta?

VIRGÍNIA – O Brasil é campeão internacional de desigualdade social. De fato, no Brasil, a desigualdade é uma marca histórica fortíssima. A desigualdade, com o cortejo de racismo, de patriarcalismo, de segregações muito variadas. E o Brasil é campeão de desigualdade. O conjunto de burguesia simplesmente desconsidera, como ser humano, a grande massa de trabalhadores. É bom lembrar que a desigualdade vem crescendo no mundo inteiro. A expansão do capitalismo se faz à custa da devastação dos direitos da classe trabalhadora no mundo. E essa é uma situação que impõe pensar no enfrentamento das condições de produção das desigualdades e não simplesmente minorar o sofrimento da desigualdade. Desde os anos 1990, no cenário internacional e brasileiro, começa-se a elaborar uma teoria sobre os pobres: era preciso cuidar dos pobres, atender aos pobres..., deslocando o debate e a reflexão sobre a configuração das classes sociais. Isso com o apoio do Banco Mundial. No caso brasileiro, isso vai ter uma expansão política a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e, depois, do governo Lula, com um fenômeno que eu costumo chamar de *pobretologia*, que consiste numa política que, em vez de combater a produção da desigualdade, procura minorar os seus danos. É uma situação que conhecemos bem, é complexa, porque não podemos deixar as pessoas morrerem de fome, mas não basta dar um prato de comida. É preciso enfrentar as condições que produzem essa desigualdade. Sobre se a opressão das classes subalternas é um caminho sem volta, dentro do capitalismo, sim! O capitalismo é uma relação social onde aqueles que detêm condições sociais de produção, recursos de produção, vivem de explorar a força de trabalho. Portanto, a dinâmica da sociedade capitalista, que é uma dinâmica expansiva, tende a aumentar a expropriação, aumentar a subordinação da classe trabalhadora e aumentar a produção de riqueza e a concentração dessa riqueza. Hoje em dia, se não me engano, cinco pessoas no mundo detêm riquezas equivalentes a mais da metade da população. Dados da Oxfam. Não são nem dados de sindicato. A produção da desigualdade é a dinâmica da vida social capitalista. A classe trabalhadora jamais sairá da condição subalterna, a não ser que enfrente o capital. E mesmo para conquistar alguns direitos no interior de uma sociedade capitalista, somente enfrentando a lógica do capital. O que está sendo feito no caso brasileiro, numa velocidade espantosa, uma rapinagem, é um roubo generalizado. Está acontecendo em outros locais do mundo, mas não com tanta velocidade. No Brasil, há o aumento dessa classe trabalhadora em piores condições. E hoje precisamos enfrentar essa dinâmica capitalista, sair da armadilha do desenvolvimento capitalista para entrar na luta pela humanidade.

> "É no couro e na raça, na organização e na luta cotidiana, com ou sem eleição, que esse enfrentamento pode dá em mudanças estruturais"

GARRA - A classe dominante brasileira é incompatível com a democracia. O golpe de 2016 iniciou uma ditadura sem armas?

VIRGÍNIA - Essa questão é complexa. A classe dominante brasileira é truculenta, pretensiosa e subalterna. Talvez quem melhor escreveu sobre ela foi Florestan Fernandes. A tendência dela é exatamente uma autocracia. Mas eu acho que a discussão nossa nunca pode ser se ela é ou não democrática. Porque ela será ou não democrática em função da capacidade de imposição da classe trabalhadora sobre ela e não esperar que dela venha alguma coisa. Para aqueles que esperam que a classe dominante traga a civilização, a cultura... É um erro dramático. Ao contrário, é a classe trabalhadora que civiliza as burguesias. Foi a grande massa da classe trabalhadora que conseguiu impor direito à saúde, direito à educação, a transporte público etc,e não o contrário, alguma burguesia iluminada que tenha feito isso. A situação do golpe, vamos deixar claro, foi um golpe palaciano, golpe jurídico, parlamentar e midiático sobre... quem mesmo? Esse golpe não foi exatamente sobre o PT ou sobre a figura da Dilma. Esse golpe foi sobre a massa da classe trabalhadora brasileira. É preciso deixar isso bem claro. Eu me posicionei desde o começo contra o impeachment, contra a condução coercitiva do Lula, porque o que se estava golpeando ali eram direitos democráticos que tinham sido conquistados pelos trabalhadores e não doados por nenhum legislativo, por nenhum parlamento. Tinham sido conquistas de lutas sociais que vêm desde os anos 1970 e lutas

muito intensas, na qual perdemos muita gente. A gente está na ditadura do capital desde sempre. Nós não estamos numa ditadura política, no sentido tradicional. Vivemos a manutenção de uma institucionalidade de tipo representativa, esvaziada do conteúdo real das lutas populares. Mas essa arquitetura institucional permanece existindo, diferentemente do golpe empresarial-militar de 1964, que desmantelou a institucionalidade para colocar imediatamente esses grupos no poder. Temos elementos parecidos com o golpe de 64, mas outros muito diferentes. Até agora, está mantido o processo eleitoral para 2018. A ditadura do capital pode acontecer – e Lenin já dizia isso – sob a fachada de uma democracia burguesa. No caso atual, sequer, uma democracia burguesa nós temos. Temos uma estrutura representativa constitucional em funcionamento, mas o golpe foi sobre a democracia, foi sobre a base popular.

GARRA – Fazendo uma retrospectiva do ano, para além dos ataques aos direitos trabalhistas, a senhora enxerga pontos positivos em 2017?

VIRGÍNIA – Do ponto de vista do ano no Brasil, não. O ano no Brasil foi de derrotas muito intensas. Mas não é possível fazer uma análise histórica olhando só pontos positivos ou pontos negativos. De fato, o ano de 2017 é um processo de acúmulo de contradições. Quando essas contradições se avolumam, a tendência é que elas vão explodir em algum momento. Não se sabe quando, mas elas vão, em algum momento, aparecer. A primeira delas foi que teve luta e muita luta. Eu vivo no Rio de Janeiro e nós tivemos uma violência impressionante da associação entre governo federal, governos estaduais – esses mesmos que estão na cadeia. Continuam sendo os aliados do governo federal para impedir todas as manifestações na base, de uma violência quase indescritível, que não se esgota nem mesmo no momento da passeata e segue na perseguição depois às pessoas que participaram ou não dela, nos bairros próximos. É extremamente impactante essa onda de violência, que se abateu também nas manifestações realizadas em Brasília, com helicóptero atirando em cima da multidão. E não é fácil ser uma multidão em Brasília, é gente que veio do país inteiro e foi trucidada, não foi assassinada mais foi machucada, foi ferida, agredida. Tivemos também duas iniciativas de greves gerais que foram fundamentais, um avanço impressionante na história brasileira, a primeira dela a gente conseguiu fazer uma greve geral significativa; na segunda, a gente ainda merece uma avaliação, por não conseguirmos fazer a segunda greve geral, por que algumas forças, inclusive sindicais, puxaram para trás esse processo, quando ele é fundamental. Vivemos um momento em que a suposição da eleição, muitas vezes leva alguns grupos a apagar o fenômeno da luta, quando o que a gente precisa é a luta. A eleição é só o momento, mas a luta da gente precisa ser o tempo inteiro.

GARRA – O avanço do conservadorismo no Brasil e no mundo não acontece sem resistência. Existe luta nas ruas, mas não tem sido suficiente para barrar os retrocessos. Por quê?

VIRGÍNIA – O avanço dessa extrema direita vem junto com um certo fracasso ou um certo esboroamento da democracia que foi provocado pelo próprio ativismo burguês. No Brasil é visível, desde os anos 1990, um certo ativismo empresarial, atuando na educação, atuando na saúde, atuando na elaboração de políticas públicas, atuando junto a parlamentares, atuando nas favelas, atuando na área da cultura. Não são empresas, são entidades sem fins lucrativos, como a Fundação Vale, Fundação Itaú, Fundação Bradesco, entidades mais novas, como o Comunitas, são entidades sem fins lucrativos, financiadas por grandes empresas e que tinham como função atuar exatamente ali onde há luta popular, onde há luta de classes. Eles têm muito mais recursos e tentam impedir que aquelas lutas sigam adiante. Esse é um fenômeno que devasta a democracia e eles entraram no Estado, têm um papel no Estado aqui e fora daqui, o que leva uma boa parte da população do mundo, inclusive do Brasil, a descrer da política. Porque, se todos os partidos fazem a política que o capital quer, se tanto a esquerda quanto a direita fazem uma política pró-capital, qual é a diferença entre elas? Essa é uma questão internacional, onde fica claro que a maioria dos partidos que nasceu para superar as limitações reais dos antigos partidos comunistas, logo depois da queda da União Soviética, não conseguiram superar essas limitações. Isto é, não conseguiram manter um rumo forte de lutas e, em boa parte, acabaram capitulando às entidades burguesas que estavam financiando de outras formas, seja a política, os próprios partidos, ou essas entidades sem fins lucrativos, que estavam minando por baixo as lutas populares. Em parte, porque esses partidos, em prol do avanço eleitoral, reduzem suas pautas de classes. No caso brasileiro, isso é bem visível. Um problema que a própria CUT enfrenta com dificuldade é o de não ter tido formação política, como aconteceu na década de 1990. O máximo de formação que a CUT fez foi formação para gestão sindical, que é quase de gerente de sindicato, ensina a fazer as contas do sindicato, a prestar contas do sindicato, mas não a fazer luta do sindicato. Isso é luta de classes: a burguesia conseguiu colocar os seus princípios de funcionamento dentro, inclusive, do sindicalismo. Quando a gente olha para o caso da Espanha, do Partido Socialista Espanhol, ou para Portugal, o Partido Socialista Português, ou para o caso francês, o Partido Socialista Francês, ou para o caso inglês, para o Partido Trabalhista, vemos em que medida esses partidos se transformaram em correia de transmissão, digamos assim, de uma espécie de ala esquerda para o capital. Eu recomendo um livro que se chama *Uma Esquerda para o Capital*, de um professor da Bahia chamado Eurelino Coelho, que vale a pena conhecer, porque é a trajetória do que acontece no Brasil, de como a esquerda vai colocar o seu conhecimento e a sua influência junto à massa trabalhadora para levar os sindicatos à situação de apoio à classe dominante. Isso é uma situação dramática e ocorreu também aqui no caso brasileiro. Em alguns casos, atuaram para tentar neutralizar o papel dos sindicatos, onde havia grandes fundos de pensão, onde havia interesses de outros tipos, com sindicalistas se tornando gestores diretos do grande capital. Então, esse avanço do conservadorismo é a expressão de que a luta de classes está viva e a gente não pode abrir mão das denúncias que temos que fazer, da organização que precisamos ter e do enfrentamento permanente contra o capital.

GARRA – Como reanimar a classe trabalhadora para enfrentar esse cenário?

VIRGÍNIA – Eu acho que dizendo a verdade. Nosso papel é lembrar que somos humanos e que nossa dignidade humana e nossa capacidade de ser feliz está também na capacidade de ser correto, de garantir que o mundo que a gente produz seja um mundo dos produtores e não dos ladrões capitalistas que estão saqueando a força de trabalho no mundo. Estudar as formas de dominação burguesa no Brasil, estudar as formas do capitalismo contemporâneo é a maneira pela qual a gente reencontra a nossa sensibilidade humana. Eu acho que isso é fundamental.

GARRA – É preciso um caminho que aponte para o otimismo. Que caminho é esse?

VIRGÍNIA – Nossa questão não é ser otimista. Não se trata de ser pessimista nem otimista. Eu tenho absoluta certeza que a grande maioria

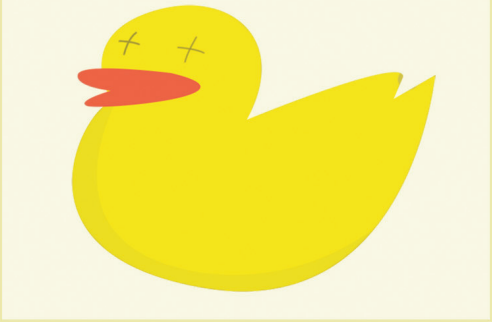
da população do planeta é constituída de classes trabalhadoras que constroem tudo o que está no mundo. E também tenho absoluta certeza que não faz o menor sentido que, diante de 3 a 4 bilhões de trabalhadores, existam 50 a 100 mil milionários no mundo que vivem de explorar essas massas trabalhadoras. Eu tenho absoluta clareza de que a gente é capaz de reinventar o mundo. E tem mais uma coisa: tenho certeza de que aprendemos mesmo com as derrotas. E nos últimos 30 anos, o que a gente assistiu foi uma sequência de tentativas da classe trabalhadora de avançar, de ganhar espaço, conquistar direitos e seguidas desarrumações dessa vida pela grande burguesia. Só para dar dois exemplos: a eleição do Collor, que aparentava ser a luta dos descamisados contra os marajás – que, na verdade, era uma grande mentira e que eram os marajás para descamisar ainda mais os descamisados -, que desorganizou de maneira brutal a vida da população não só no período Collor, porque a reestruturação começou a acontecer ali e seguiu durante toda a década de 1990. Depois elegeu-se o Lula - Fernando Henrique não conta, porque ele não foi eleito pelas massas populares -, esperando que o Lula, sendo uma liderança da classe trabalhadora, garantisse a expressão dessa classe trabalhadora. Novamente o governo vai negociar com as burguesias, começou com uma reforma da Previdência, de alguma maneira arruma por um lado e desarruma por outro, porque garantiu as bolsas, mas não garante a organização nem a capacidade de expressão, portanto, deixa as coisas totalmente frouxas: R$ 200 bilhões para o – bolsa empresário – e R$ 20 bilhões para o Bolsa Família. Não pode esquecer isso, é uma diferença de dez vezes. Essa diferença, desde o começo, nunca conseguiu ser alterada. Sem a presença da classe trabalhadora, quem ganha é a burguesia. A sequência disso, é agora mais um golpe, mais desarrumação. Mas tem uma questão que eu acho genial: e se a gente desarrumar tudo e a gente mesmo arrumar? Olha só, se eles passam a vida desarrumando a vida da gente, botando a gente numa situação infeliz, com a maioria das pessoas sem ter o que comer nem como pensar em como sobreviver... Se é assim que eles querem agir, vamos desarrumar isso e arrumar de outro jeito melhor.

> “A situação do golpe, vamos deixar claro, foi um golpe palaciano, golpe jurídico, parlamentar e midiático sobre... quem mesmo? Esse golpe não foi exatamente sobre o PT ou sobre a figura da Dilma. Esse golpe foi sobre a massa da classe trabalhadora brasileira”

GARRA – Uma mudança estrutural passa pelas eleições de 2018?

VIRGÍNIA – Nenhuma eleição configura uma mudança estrutural. Uma eleição pode fazer parte de um conjunto de mudanças estruturais. Não está no cenário brasileiro uma mudança de cunho estrutural, de enfrentamento ao capital, a partir das eleições de 2018. O cenário que está colocado é o da tentativa de reaglutinar determinadas forças no processo eleitoral de 2018, algumas de direita, algumas de continuação do projeto que foi capitaneado dos governos do PT e, provavelmente, mais à esquerda, com outra base social. Nós não temos ideia nem mesmo do que vai acontecer, se vai ter mais um golpe no caminho contra a força do PT. Do ponto de vista de uma expectativa agora, o processo eleitoral não anuncia mudanças estruturais. Em contrapartida – e aí é onde eu sou otimista – eu acho que boa parte da população já sabe que as eleições não são o ponto de uma mudança estrutural. Já não confia nessas eleições como o ponto da mudança estrutural e tem que aprender - e já está aprendendo -, que é no couro e na raça, na organização e na luta cotidiana, com ou sem eleição, que esse enfrentamento pode gerar mudanças estruturais. É nisso que eu aposto. ◆

PRIVATIZAÇÃO



DONALD TRUMP

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

SINDSEP-PE

Filiado à CUT e à CONDSEF

@Sindsep_PE

Sindsep-PE

www.sindsep-pe.com.br